



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2325/15	DATA: 05/11/2015	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 09h44min	TÉRMINO: 10h47min	PÁGINAS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CIRILO ARAÚJO DAMASCENO - Vereador da cidade de Cansanção, Estado da Bahia. ANA RITA TAVARES - Vereadora da cidade de Salvador, Estado da Bahia. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Advogada.

SUMÁRIO
Esclarecimentos sobre denúncia de recolhimento e de extermínio de cães nas cidades de Cansanção e Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de vídeo. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 24ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 23ª reunião, realizada em 3 de novembro de 2015. Indago se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Delegado Edson Moreira.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, comunico o recebimento dos seguintes expedientes: da Associação Brasileira dos Defensores dos Direitos e Bem Estar dos Animais, que encaminha documentação contendo procedimentos judiciais instaurados por aquela instituição em face do Município de Fortaleza, em razão de maus-tratos de animais cometidos no Centro de Controle de Zoonoses da Prefeitura daquela cidade; do Departamento de Polícia Federal, que, em resposta ao pedido de designação do perito para assessorar os trabalhos da CPI, feito por meio do Ofício nº 102, de 2015, deste Presidente, informa que colocará à disposição da Comissão o perito criminal Rogério Mesquita; das empresas Ligue Telecomunicações, Mundivox e Engevox, que respondem à transferência de sigilo solicitada por meio do Ofício nº 87, de 2015, desta Presidência; do Comando-Geral da Polícia Militar da Bahia, que, respondendo ao Ofício nº 172, de 2015, deste Presidente, informa a impossibilidade de o Tenente Wilson Pedro dos Santos Júnior participar da presente audiência, para prestar esclarecimentos em relação aos fatos apontados no Requerimento nº 41, de 2015.



Lembro aos Srs. Sub-Relatores que, conforme acordado com o Sr. Relator, o prazo para apresentação dos seus sub-relatórios termina na próxima terça-feira, dia 10 de novembro.

A presente reunião consistirá em audiência pública, tendo como objetivo esclarecer a denúncia do recolhimento e do extermínio de cães na cidade de Cansanção e Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia. Nesta oportunidade, contaremos com os seguintes participantes: a Sra. Ana Rita Tavares, Vereadora da cidade de Salvador, na Bahia; o Sr. Cirilo Araújo Damasceno, Vereador da cidade de Cansanção, na Bahia; e a Sra. Bruna Holtz Carvalho.

Informo que o Sr. Wilson Pedro dos Santos Júnior, Tenente da Polícia Militar da Bahia, foi convocado para a presente reunião na qualidade de investigado, nos termos do Requerimento nº 41, de 2015, mas que, conforme ofício encaminhado pelo Comando-Geral da Polícia Militar da Bahia, estará impossibilitado de comparecer a esta audiência por se encontrar fora da cidade de Salvador, em gozo de férias. Dessa forma, aquele Comando solicita o agendamento de nova data para a apresentação do convocado, preferencialmente a partir de 16 de novembro do corrente ano.

Determinei que a Secretaria tomasse providências, redesignando o dia 17 de novembro, quarta-feira, para tomarmos o depoimento do investigado.

Nós vamos começar pelo Vereador Cirilo Araújo Damasceno.

Após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência registra que V.Exa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto S.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e o que lhe for perguntado.

O SR. CIRILO ARAÚJO DAMASCENO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido para cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.



Concedo a palavra, por até 20 minutos, ao Sr. Cirilo Araújo Damasceno.

O SR. CIRILO ARAÚJO DAMASCENO - Sobre os animais de Cansanção, os maus-tratos que foram praticados na minha cidade, nós Vereadores, de Cansanção, todos ficamos sabendo primeiramente de um fato em que Prefeito teria mandado envenenar todos os cachorros de rua daquela cidade. A gente não sabe a quantidade exata de cachorros que foram mortos, mas foram duas caçambas cheias de cachorros mortos. Em seguida, como a população se manifestou — ficou chateada com isso —, ele mandou que os prendessem em uma carrocinha e os levassem para o abatedouro municipal. O abatedouro foi interditado — aquele local que abatia gado —, e esses cachorros ficaram presos nesse abatedouro sem água e sem comida. Era a guerra do mais forte. O mais forte sobrevivia, porque uns matavam os outros para comer. Nessa época, a Dra. Ana Rita ficou sabendo disso e entrou em contato comigo, em Cansanção. Levei a doutora lá no antigo abatedouro da cidade e fizemos um vídeo onde os animais estavam sendo presos. Esses animais foram presos e no dia em que a gente chegou eles botaram lá meio saco de ração para dizer que tinha comida, mas nunca teve comida para cachorro lá — ração —, eles nunca tinham colocado. Foi a primeira vez, porque eles souberam que nós estávamos indo investigar. Então, eles colocaram uma pequena quantidade de ração, mas água também não tinha. Tinha alguma coisa para eles comerem, mas não tinha água para beber. O cachorro morria de sede. Nós é que chegamos lá nesse dia e colocamos água para os cachorros beberem. Gravamos o vídeo, e a Dra. Ana comunicou à pessoa que estava responsável pelos animais no matadouro — ali se encontrava o guarda — que voltaria para resgatar aqueles cachorros, mas no dia seguinte os cachorros sumiram. Até hoje, ninguém sabe para onde foram esses cachorros, não se sabe se o Prefeito os matou, que fim levaram. Esses cachorros simplesmente desapareceram no dia seguinte. Hoje, os maus-tratos acabaram, porque, depois que vieram as denúncias, ele simplesmente parou, tirou a carrocinha que pegava e prendia os cachorros, felizmente isso aí ele não está pegando mais. Em termos, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vocês trouxeram o vídeo do local que vocês filmaram? *(Pausa.)* Vamos colocar o vídeo? Chegou a ser passado o vídeo para vocês? Dá para entrar pelo *link* e preparar ali? *(Pausa.)*



Existia algum tipo de política pública de castração na cidade?

O SR. CIRILO ARAÚJO DAMASCENO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Essa foi a solução que ele achou que era melhor?

O SR. CIRILO ARAÚJO DAMASCENO - Esta foi a melhor solução que ele achou: foi exterminar os cachorros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E ele está sendo indiciado, está respondendo a alguma coisa?

O SR. CIRILO ARAÚJO DAMASCENO - Não. Até agora, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aí você explica isso daí. Está bom.

Deputada, quer fazer algumas....

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Quero cumprimentar o Cirilo, o Vereador, a Vereadora Ana Rita, a Bruna, o nosso Presidente, Deputado Ricardo Izar, e dizer que realmente a gente fica indignado com essa história, com esses maus-tratos aos animais que ocorreram na cidade de vocês.

Acredito que a nossa CPI, com certeza, vai solicitar às autoridades que sejam indiciados os responsáveis porque, se até hoje não foi feito nada, é justo que esta CPI faça justiça e encaminhe às autoridades — acredito que o nosso Relator e o nosso Presidente vão tomar essa providência —, e lamento a ausência do investigado, o Sr. Wilson, que não está aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra, por até 20 minutos, à Vereadora Ana Rita Tavares.

Ana Rita é uma defensora incansável dos animais. Todo mundo conhece a história dela.

Você quer passar o vídeo antes ou quer passar o vídeo depois? *(Pausa.)*

Então, vamos passar o vídeo. Depois, a Vereadora fala por 20 minutos.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, por até 20 minutos, a Vereadora Ana Rita Tavares.

A SRA. ANA RITA TAVARES - Deputado Ricardo Izar, Exmo. Sr. Presidente desta CPI, para quem realmente defende os animais, assistir esse vídeo emociona



mesmo. E foi o que aconteceu quando eu vi, na *web*, nas redes sociais, esse vídeo que foi colocado espontaneamente por uma moradora de Cansanção, que viu esse absurdo, filmou e divulgou. Então, nós tomamos conhecimento e eu recebi vários pedidos de adoção de providências com relação a esse caso, que a gente sabe que é muito comum ainda no interior da Bahia e no interior do Brasil. Ainda existem administrações que fazem esse tipo de atrocidade, cometem esse crime. É o crime previsto no art. 32 da Lei 9.605. Mas quando a identificação e as imagens são fortes, isso realmente traz uma força muito grande para que nós, que somos da proteção animal, possamos nos mobilizar, como aconteceu no presente caso. Tomando conhecimento, eu fui à cidade de Cansanção, acompanhada de ONGs de proteção animal. Procurei o Vereador Cirilo Damasceno, que eu já tinha conhecimento de que era um Vereador atuante e que já tinha se insurgido, inclusive, com relação a isso, quando duas caçambas de cães foram despejadas lá, próximo ao lixão. E, comparecendo, vi de perto a prática de crueldade partindo de um Prefeito, que é a autoridade incumbida, pela Constituição Federal, de proteger, zelar e preservar a vida dos animais. E este Prefeito, Ranulfo da Silva Gomes, estava praticando o crime. Infelizmente, sem nenhuma adoção de providências com relação ao Ministério Público local nem à Justiça Estadual local. Bem, quando nós chegamos lá, fomos até o matadouro, onde esses animais estavam reunidos sem nenhum tipo de assistência, privados de alimento. O que tinha lá era uma ração parca, não havia água. Eles estavam sob condições de maus-tratos, realmente. Procurei o Prefeito no dia e não apareceu, inclusive porque era um dia de domingo. Mas tentamos localizar o Prefeito até na casa dele, mas ele não nos contactou. E, em seguida, nós registramos tudo isso. Trouxemos ao conhecimento aqui, da CPI, através do Presidente Ricardo Izar, atuante, a quem nós devotamos aqui toda a admiração pela sua atuação na defesa dos animais. E o que nós realmente estamos fazendo... Cheguei até a ir ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Márcio Fahel, lá em Salvador, para noticiar esse e outros fatos também, que são cometidos por esses Prefeitos. E o Ministério Público, infelizmente, na sua grande maioria, nas comarcas do interior, não cumpre o seu mister. Isso tudo acontece sob os olhos dos promotores públicos que, eu reafirmo, em sua grande maioria, não enxergam e não dão nenhum tipo de atenção aos crimes de maus-tratos que são praticados contra os animais. Ao chegar



lá, também, em Cansanção, nós fomos a um chamado lixão, onde encontramos vários corpos de animais mortos. Na medida em que eles iam recolhendo os animais nessa maldita carrocinha, eles iam colocando nesse local, matando, exterminando e jogando nesse lixão. Tivemos, inclusive, a oportunidade de resgatar uma cadela que estava com cinomose, e, viva ainda, nós resgatamos essa cadela nesse lixão e levamos para Salvador, e ela está viva. Ela se chama Ana, Aninha, em homenagem a nossa ida lá a Cansanção, e ela está vivendo lá em Salvador, conosco. De modo que o que nós queremos com relação a Cansanção é que o Prefeito Municipal responda criminalmente como ato de improbidade que foi praticado e que também caiba e recaia sobre ele a responsabilização nesse aspecto. Isso é com relação ao caso de Cansanção. Agora, com relação ao caso de... Isso é com relação ao caso de Cansanção. Agora, com relação ao caso de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANA RITA TAVARES - Depois. Então, eu agradeço o empenho aqui CPI e convoco — convoco — o Brasil inteiro, a proteção animal que está espalhada por todo o Brasil: que não deixe passar em branco atos criminosos, atrocidades, crueldades, como essa que foi vista em Cansanção e que merece toda reprimenda, em todos os aspectos, sob todas as formas. Muito obrigada, Presidente Ricardo Izar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para ver se eu entendi: o Prefeito, primeiro, envenenou os cachorros?

A SRA. ANA RITA TAVARES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aqueles que ele não conseguiu matar envenenados ele juntou e colocou em um frigorífico e deixou um comer o outro?

A SRA. ANA RITA TAVARES - No matadouro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É isso?

O SR. CIRILO ARAÚJO DAMASCENO - É. Sem comida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E lá V.Sa. foi o único Vereador que levantou esse problema na Câmara dos Vereadores? Nenhum outro Vereador se incomodou com isso?



O SR. CIRILO ARAÚJO DAMASCENO - O Vereador Neviton Pereira por sinal nos acompanhou também até o matadouro. E em seguida a gente bateu na Câmara e chamou o Prefeito para dar explicações, mas, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E não cabe uma CI na Câmara dos Vereadores?

O SR. CIRILO ARAÚJO DAMASCENO - A Câmara de Vereadores, infelizmente, é dominada pelo Prefeito. O Presidente da Câmara é sobrinho do Prefeito, e o sobrinho do Prefeito faz o que o Prefeito manda. O Prefeito mandou ele baixar um decreto para baixar o salário do Vereador, e ele baixou o decreto e baixou o salário do Vereador, sem levar para nós votarmos a lei. Então, o que o Prefeito manda é lei, ele cumpre. O Presidente, lá, só é Presidente no nome. Ele é um boneco, um boneco mandado pelo tio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli, Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, eu queria primeiro cumprimentar a Vereadora Ana Rita Tavares. Já estivemos juntos, inclusive no seu Estado, a Bahia, no Município de Salvador, em eventos na Câmara Municipal.

Nós conhecemos o trabalho que ela desenvolve na área de proteção animal. Portanto, é uma pessoa abalizada, com critérios, competência. E o seu mandato é dedicado à causa da proteção dos animais, o que confere a ela toda credibilidade em cima daquilo que ela apresenta hoje à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O que ela traz para nós, aqui, é fundamental. É um dos casos que ocorrem no Brasil constantemente, nos vários Municípios do nosso País. E nós vamos ter que, obviamente, em nosso Relatório, incluir alguns casos como esses, específicos, em que as autoridades extrapolam o que determina a lei.

Fazer controle populacional de cães e gatos não significa criar um holocausto local, em que os animais são levados a perder a vida — alguns com sarna, com berne, ou com qualquer tipo de doença curável. E a primeira coisa que se faz, obviamente, é exterminá-los, porque fica mais barato. Não há nenhuma visão de que o animal é um ser vivo, é um ser senciente, é um ser que sente, e nós temos um apreço enorme por ele.



Eu queria cumprimentar o Vereador que vem hoje, aqui, prestar o seu depoimento. Eu sei da dificuldade que é ser Vereador na sua cidade, onde, pelo seu relato, caro Cirilo Araújo Damasceno, há um preconceito no que diz respeito à questão da defesa animal. V.Sa. é um precursor na sua cidade. Nós temos que, obviamente, aqui, na Câmara Federal, tanto o Deputado Ricardo Izar, como eu, como os demais Deputados desta Comissão, dar toda garantia para que o seu trabalho continue lá. Não deixe de resistir aos ímpetos de um Prefeito desqualificado, que sequer aceitou o convite para vir aqui, dentro do princípio do contraditório, fazer a sua defesa. Já que ele entende que o método melhor é esse, que viesse aqui e fizesse a sua defesa. Nós ainda vamos ter aqui vários eventos em que posições divergentes vão acontecer.

Esta é uma Casa em que se estabelece o contraditório. Agora, estranha-me muito o fato de ele ignorar, o que pesará contra ele no nosso relatório. Tenha certeza de que, se ele achou que estava resolvendo um problema, está arrumando um grande problema aqui com essa apresentação que o Vereador faz e o relato da Vereadora Ana Rita, que hoje congrega fortemente isso.

Para finalizar, quero solicitar à Vereadora — com certeza, ela será candidata à reeleição — que, na próxima eleição, saia candidata a Deputada Estadual, para cobrir todo o Estado, ou candidata a Deputada Federal. Eu acho que, cobrindo o Estado da Bahia, com certeza, ela nos dará mais tranquilidade. Nós percebemos que muita coisa ocorre e que muito pouco chega até nós. E ela tem sido um canal indutor de políticas públicas voltadas para a área de proteção aos nossos animais.

Portanto, eu me sinto aqui gratificado, Presidente, e gostaria de obter esse material, para que nós pudéssemos inserir no nosso relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria até fazer uma sugestão ao Relator. Eu acho que o Vereador deveria propor uma CI na Câmara dos Vereadores e nos passar o nome dos Vereadores que votarem contra. Eu acho que poderíamos pedir o indiciamento, como cúmplices, dos Vereadores que votarem contra. Não é possível um Vereador votar contra só porque é da base do Governo! Eu acho que V.Sa. poderia fazer o pedido dessa CI, e eu faço, oficialmente, um pedido ao Relator para que os inclua para serem indiciados junto com o Prefeito.



Agora, nós vamos passar para outra denúncia de Teixeira de Freitas.

Sra. Bruna Holtz Carvalho, após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência registra que V.Sa. prestará o seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e o que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido para cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Concedo a palavra, por até 20 minutos, à Sra. Bruna Holtz Carvalho.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Primeiro, bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente, o Relator, a minha amiga Ana Rita Tavares, de quem tenho tanto orgulho, e o Vereador, que conheci, pelo seu trabalho. Não sei se todos já sabem o que aconteceu comigo. Eu não sou do interior, sou baiana, sou soteropolitana, morei no Rio 2 anos. De lá, fui passar 1 mês... Na verdade, o meu marido foi transferido para o interior, Teixeira de Freitas, e eu acabei indo para lá. Fiquei apenas 1 mês lá pelo que aconteceu comigo. Eu morava em um condomínio, onde as casas eram separadas por jardins, não por muros, condomínio pequeno, de interior. Eu costumava passear com meus cachorros todos os dias. No Dia dos Namorados, esperando meu marido para sairmos, fui passear com o Apolo, meu filho assassinado, e me deparei com uma carta ameaçadora debaixo do tapete. Eu li a carta, que dizia o seguinte: *“Se o seu cachorro invadir o meu jardim novamente, cavalo, não vou me responsabilizar pelos meus atos. Casa 73.”* — ou 74. Eu, indignada e sem acreditar, achei que fosse até um trote, peguei a carta e me dirigi à casa, educadamente, porque eu sou uma pessoa civilizada, e procurei saber o que havia ocorrido, já que um animal, quando sai para passear, naturalmente, ele vai cheirar o jardim. Ele me recebeu — na verdade quem me recebeu foi a esposa dele;



ele tem dois filhos pequenos —, e eu indaguei: *“Oi, boa noite. Eu queria saber o que foi que aconteceu e tal”*. Ele chutou a porta na minha cara e disse que não tinha nada para falar comigo. Eu me dirigi à síndica, ao porteiro, e o porteiro falou assim: *“Doutora, não se mete com ele, não, porque ele é um homem muito perigoso. Ele é tenente da Polícia Militar”*. Eu falei: *“Ué, ele é perigoso? Não devia ser, não é? Pelo contrário. Ele devia ser uma pessoa do bem. Um tenente da Polícia representa a Polícia, representa o Estado da Bahia, representa a defensoria, não é? Não deveria ser um homem perigoso.”* Mas, tudo bem. Eu deixei para lá. No outro dia, no sábado de manhã, dia 13 de junho, eu peguei meu animal e fui sair com ele. Quando eu estou passeando com ele... Para evitar problema, eu fiquei do outro lado. Só que eu acho que o tenente tem problemas, porque ele ficou me encarando, e eu olhei para ele. O fato de eu olhar para ele, o fato de eu ter trocado olhares com ele, levou-o a pegar uma arma, subir, pegar uma arma e vir atrás de mim, como se eu fosse uma bandida. O bandido é ele, mas eu fui uma bandida. Ele sacou a arma e me fez a seguinte pergunta: *“Você me conhece da onde?”* E um xingamento... Eu falei: *“Eu não conheço o senhor e não tenho nada para falar com o senhor”*. Ele sacou uma arma e começou a atirar. Ele atirava, e, por Deus, o tiro não pegou em mim... Porque não foi só um crime ambiental, foi uma tentativa de homicídio. Porque ele correu o risco de me matar. Ele atirou contra mim. Os tiros pegaram de raspão. De raspão, que eu digo, não que tenha me atingido diretamente, mas eu senti o calor das balas perto da minha cabeça, nas minhas costas, nas minhas pernas. E eu, corajosamente, mais agindo por instinto materno, talvez — eu ainda não tenho filhos, mas considero os meus cachorros os meus filhos, — eu me atirei em frente à minha cadela, que sobreviveu, a Bela, minha Golden. O outro eu não consegui salvar. O outro... Se os senhores puderem ver o vídeo, vão perceber que ele pede clemência para não morrer. Então, eu lhes pergunto: um homem desse está solto! Ele está solto e representa a Polícia Militar da Bahia. Ele está solto, está recebendo o salário dele, porque já estava afastado. Ele recebe o salário dele todo mês em casa, assistindo televisão, e eu estou aqui batalhando por justiça, não é? Porque ele está vivendo numa boa, depois de tentar me matar, depois de... Os senhores vão ver no vídeo que ele vai atrás de mim, só que ele não consegue me pegar porque eu pulei o muro... Então, um homem desse, descontrolado, um homem que age com



crueldade, um homem que é capaz de executar um animal a troco de nada, um homem desse representa a Polícia Militar da Bahia! E, não sei se por corporativismo — não sei, não sei o que é que está acontecendo —, ele não foi preso. Por muito menos vemos pessoas serem presas. Por muito menos. Pessoas, às vezes, sem condições sociais, são presas. Por que ele não está preso? Porque ele é polícia? Ele não é polícia, ele não representa a Polícia, não. Ele não é um cara que representa a Polícia, porque a Polícia não está aí para isso. Ele não tem o comportamento de um tenente, porque, mesmo sem a farda, pelo Código Militar, mesmo sem exercer a função, sem estar fardado, ele tem que preservar e defender a vida social. E, dentro de um condomínio de família, onde havia crianças brincando, ele tirou o revólver e começou a atirar. Ele tirou o revólver, a arma, e começou a atirar. Então, eu estou aqui também para que futuros animais não passem por isso. Não é justo! Eles são seres vivos, eles merecem respeito. Eles são filhos de Deus também. Os animais merecem respeito. Então, eu espero... Ele não veio. Eu não sei por que ele não veio. Até sei por que ele não veio, mas eu espero que haja uma punição: que, no mínimo — no mínimo —, ele não represente mais a Polícia Militar. É o mínimo que se espera diante de tudo o que aconteceu. Eu estou aqui muito emocionada porque foi muito triste o que aconteceu comigo, e eu espero que não aconteça com outras famílias e com outras pessoas, porque eu sei que nada vai trazer o Apolo de volta. Mas o mínimo — eu acho — de justiça temos que fazer. Sem fazer justiça, estaremos estimulando o olho por olho, dente por dente. Se não confiamos no Estado para tomar providências, vamos confiar em quem? Vamos agir igual a um bandido desse? Vamos pegar um revólver e sair atirando em todo mundo também, dar uma de louco? Alguém tem que tomar providência! As autoridades têm que tomar providência. Esse cara tinha que estar preso, ele mostrou desequilíbrio emocional e psicológico. Um homem desse não pode estar solto, não! E outra: ele já responde a vários processos dentro da Polícia Militar, a vários processos de agressão, de ameaça. Então, um homem desse não pode estar solto. Na época, cabia prisão preventiva. Mas sabem qual é o problema? As pessoas resistem à prisão preventiva porque era um cachorro. Então, vamos esperar o pior acontecer? Vamos esperar então o filho de alguém, um pai de família, uma mãe de família?



Vamos esperar o que acontecer? Temos que agir com prevenção. A prisão preventiva é o quê? Prevenção. Ele é um homem que não pode estar solto. É isso.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Eu agradeço a V.Sa. a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos passar o vídeo, mas antes eu queria só informar que o Sr. Wilson Pedro dos Santos Júnior, que é o tenente citado, da Bahia, foi convocado para esta reunião na qualidade de investigado — foi convocado —, no Requerimento nº 41, de 2015. Recebemos um ofício do Comando Geral da Polícia Militar da Bahia dizendo que ele estava impossibilitado de vir porque estava de férias. Agora, como ele está de férias se ele está afastado? Então, nós faremos uma nova convocação para ele para o dia 17 de novembro. Vamos transformar essa convocação — vou pedir para a Secretaria fazer — para que ela tenha poder coercitivo. Ele tem que vir de qualquer jeito.

Então, já deixaremos marcado para o dia 17 de novembro, terça-feira, a tomada de depoimento do investigado, Sr. Wilson Pedro dos Santos Júnior. E que ele venha de qualquer jeito, de férias ou não.

Vamos passar o vídeo, e depois a Ana Rita fala.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Bruna.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Vocês viram. O vídeo não mostra tudo. Eu tenho o vídeo completo. São 6 minutos que mostram todo o fato. Depois que ele atira e sai andando — há um corte ali —, ele se vangloria do que fez. Ele pega o revólver... Os vizinhos falaram que ele gritava assim: *“Eu avisei, viu. Tá vendo aí!”* Aí botava o revólver para cima. Quer dizer, é esse tipo de gente que tem a Polícia Militar da Bahia. Ele está lá na Polícia, ele representa o Estado da Bahia, um homem desse. Há vários inquéritos, vários processos administrativos contra ele, e a Polícia age com negligência e imprudência, porque mantém um homem desse na corporação. Se a Polícia mantém um homem desse na comparação, ela é conivente com isso — ela é conivente com isso. É um absurdo! É um absurdo! É revoltante! É revoltante o que aconteceu. É revoltante! *(Choro.)* Agora, eu estou sem o meu animal, um animal dócil, um animal bom, por negligência da Polícia, porque se a Polícia fosse séria, já o teria expulsado, diante de tudo o que ele fez. Ele deixou um pai de família paraplégico... Quer dizer, um homem desse está na Polícia! A



Polícia não faz questão de apurar nada — de apurar nada! Até agora, não vi nenhuma providência ser tomada. É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós recebemos uma informação da assessoria de que, como se trata de Polícia Militar, temos que fazer via Judiciário, o pedido de vinda coercitiva. Então, já vamos expedir isso esta semana, mas ele vem de qualquer jeito aqui.

Com a palavra a Vereadora Ana Rita Tavares.

A SRA. ANA RITA TAVARES - Eu quero cumprimentar o Deputado Ricardo Tripoli e agradecer as palavras de reconhecimento desse trabalho, que é um trabalho muito árduo, realmente, mas que fazemos com todo amor, faz de alma, faz com toda dedicação, porque ainda estamos no tempo em que o direito dos animais é o direito preterido. Mas, graças a Deus, estamos avançando. Hoje, estamos aqui nesta CPI, temos a Frente Parlamentar em Defesa dos Animais, da Câmara. Em cada Estado, onde existe um núcleo de defesa, existem as entidades, existem Parlamentares, e vamos levando essa luta adiante. Com relação ao caso da morte de Apolo, um buldogue francês, tranquilo, vitimado pela covardia, como esse vídeo mostra, eu tomei conhecimento através da ONG Nossa Arca, pela Presidente Cristhiane Ferraguett, que é uma batalhadora lá em Teixeira de Freitas. Ela teve a coragem de publicar. Nós entramos em contato... Entrei em contato com Bruna Holtz, e nós chegamos à presença do Comandante-Geral da Polícia Militar da Bahia, junto com o Corregedor da Polícia Militar, e expusemos a gravidade que é deixar um tenente, um oficial da Polícia Militar sem nenhum tipo de precaução com relação a outros animais e a seres humanos também. Vê-se claramente que ele tem ojeriza a animais. Quer dizer, ele agiu covardemente, com histórico de outros locais. Ele passou por Prado, Alcobaça, Itamaraju e foi parar em Teixeira de Freitas. Ele já tinha saído de Salvador. É uma pessoa de alta periculosidade! A Polícia Militar da Bahia tem que tomar uma providência. O Governador do Estado prometeu que iria olhar com os olhos apurados, mas até agora nada aconteceu. A qualquer momento, esse homem pode sacar de uma arma e abater outro animal, ou mesmo seres humanos. Diante de tudo o que ele já vinha fazendo nas cidades em que ele passou, ele foi retirado do serviço de rua. Imaginem, foi dado um prêmio a esse covarde: ele foi nomeado Diretor do Colégio Militar lá de Teixeira de Freitas, onde, também, ele



afrontava crianças — existem denúncias de mães. Com relação aos animais, nós queremos que a Polícia Militar adote as providências para que esse homem não tenha mais porte de arma, porque é um perigo esse homem com uma arma na mão. E eu conto realmente com a atuação aqui da CPI dos Maus-Tratos para que esse caso não fique impune. Gostaria, inclusive, de dizer que essa questão dos policiais militares em Salvador e na Bahia tem sido uma constante. Digo que a Polícia Militar, Corporação, é companheira nossa, porque, há mais de 20 anos, a Polícia Militar me acompanha em Salvador para fazer resgates, para enfrentar situações perigosas, mas existem policiais que maculam essa Corporação, e, com relação a esses policiais que vêm matando animais, não se vê nenhum tipo de providência. Dias atrás, na cidade de Valença — aproveito aqui para registrar —, foi feita uma abordagem por parte da Polícia Militar, que entrou num bar atrás de meliantes, e tinha uma cadela amamentando dez filhotes, e, covardemente, essa cadela recebeu um tiro no pescoço e morreu. A imagem que nos passaram é uma imagem terrível, porque ela morta, sangrando, e os filhotinhos buscando amamentação. Então, é preciso mesmo que a Polícia Militar insira no Curso de Formação dos policiais essa matéria, porque eles não têm a mínima noção, em sua grande maioria, de que a Constituição Federal protege os animais, de que é vedada a prática de crueldade contra os animais, de que existe uma legislação federal que tipifica como crime maus-tratos a animal. Então, por questões humanitárias e por questões realmente constitucionais, é preciso respeitar a Constituição Federal, é preciso respeitar a legislação. E a polícia que está aí para proteger é a polícia que, através de elementos que a integram, está praticando crime. Então, para salvaguardar a honorabilidade da Polícia Militar, o Estado da Bahia, através do seu Comandante Geral, precisa, urgentemente, punir esses casos, como outros que aconteceram lá no Pelourinho. Um policial vinha passando, e um animal que era de uma das pessoas que moravam ali naquela região recebeu um tiro. E, de todos eles, nós fizemos a necropsia e conseguimos identificar que realmente houve um crime praticado com a arma do Estado, a arma que é mantida com o dinheiro dos nossos impostos. Nós queremos, sim, uma posição da Polícia Militar. Presidente Ricardo Izar, Relator Ricardo Tripoli, tudo isso faz parte de um processo de conscientização e de cidadania que nós queremos: queremos paz também para os nossos animais!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Carlos Gomes.

O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, Sr. Relator, Deputado Ricardo Tripoli, nossos Vereadores na Bahia e Sra. Bruna. Em primeiro lugar, quero manifestar a nossa solidariedade a Bruna, porque eu vi essa cena na reportagem, e acho que chocou todo o Brasil. Nós estamos diante de um caso, Srs. Presidente e Sr. Relator, que é um dos mais fortes. Essa cena é muito forte por partir de quem partiu. Alguém que, de fato, deveria proteger, promover a paz, promover a ordem pública, a harmonia, é pago para isso, vai e faz o contrário.

Na verdade, esse cidadão — não sei se é humano — é uma ameaça à sociedade. A verdade é que ele é uma ameaça à sociedade. E a minha manifestação hoje, como membro desta CPI, é no sentido de que nós deveremos ser rigorosos com ele, como disse a nossa Vereadora, para que sirva de exemplo, e, através disso, possamos desenvolver uma consciência.

Infelizmente, a pena ainda é leve para quem comete isso. A pena prevista é leve. Nós não podemos descansar enquanto não aumentarmos essa pena. Temos que trabalhar para isso.

Porque nós vimos a cena: covardemente ele foi atrás, perseguiu, assassinou o animal, colocou a vida da dona em risco. Veja que ele ultrapassou todo o código de disciplina de treinamento que a brigada ou que a Polícia recebe.

Então, eu acredito, Deputado, que nós, em todos os casos especiais e também nesse, devemos trabalhar com muito rigor, para que não passe em branco e que possamos primeiramente pedir o afastamento direto dele da Polícia. Ele é uma ameaça à sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vereadores. Minha cara Bruna, eu acho que o filme que você apresenta aqui, embora como você disse, incompleto — ele tem muito mais de agressão praticada



por esse sujeito —, é um filme que fala por si só. Ele não precisaria nem ter testemunha. O filme demonstra o que esse sujeito com certeza é capaz de fazer.

Eu lhe faço só algumas perguntas que eu acho que são importantes.

Primeiro, quando ocorreu esse fato, em que data isso se deu?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Foi no dia 13 de junho pela manhã.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Deste ano, 2015?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Deste ano, 1 dia depois do Dia dos Namorados, dia 13 de junho.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Muito bem. Quantas casas há no condomínio aproximadamente? Não precisa ser exato, não.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Umas 70 casas, eu acho.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É um condomínio de classe média? Como é o condomínio?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Interior eu acho que funciona um pouco diferente. É de classe média. Classe média.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora alugou a casa. A casa não era de sua propriedade.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Não, não. Aluguei.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E segundo informações que a senhora obteve, esse Tenente era proprietário do imóvel?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Proprietário do imóvel.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora tem noção de quanto ganha mais ou menos um Tenente, Primeiro-Tenente no Estado da Bahia, Policial Militar?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Capitão, que está acima — eu não sei direito as patentes —, ganha em torno de 12 mil.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Tenente ganharia menos?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Acho que sim. Porque eu acho também que tem o tempo de serviço. Eu não entendo muito. Mas é mais ou menos isso. O Tenente é um pouco menos. Mas ele é dono de *outdoors* também lá. Ele tem outros negócios por fora.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ou seja, o salário dele, a senhora acredita que não seja compatível com o imóvel que ele possui, é isso?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - O valor...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É comum um Tenente, um Primeiro-Tenente ter um imóvel de sua propriedade nesse condomínio?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Não. Acho que ele é o único.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sabemos que é um local procurado pelo Brasil todo. É um local famoso, vamos dizer assim, caro. Não é um local barato, não é?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Teixeira de Freitas?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É. É um local que as pessoas buscam para lazer, não é?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Não. Teixeira, não. Lá é um interior bem... Acho que está confundindo com Lauro de Freitas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Lauro de Freitas? Por isso eu fiz a pergunta.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Não. Lauro de Freitas, o senhor está confundindo com Vilas, não é?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Isso. Não?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Não. Lá é interior bem no sul da Bahia, já quase divisa com o Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Entendi. A senhora pode depois nos mandar esse vídeo de 6 minutos que a senhora disse que tem, onde, além da execução bárbara que ele faz do seu animal, esse desacato que ele teria tido com a senhora, agressão? Eu entendo, pelo que assisti e pela minha formação, que esse é um crime duplamente qualificado.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Sim, motivo fútil.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É uma ameaça à senhora...

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É uma ameaça ao animal...

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Sim.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E o motivo, como a senhora mesma, como colega advogada, sabe, é um motivo fútil.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Um motivo fútil.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não é um crime culposo, na minha opinião, mas um crime doloso.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Doloso.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Houve a intenção de matar.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - O dolo é direto eventual.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Correto. A preocupação dele não era só eliminar o cachorro, mas, se possível, o outro cachorro e a senhora também,...

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - ... pela maneira como ele se comporta no filme.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Nós vamos fazer o seguinte: se a senhora tiver testemunhas,...

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Muitas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Deve ter sido feito um Boletim de Ocorrência.

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Com muito sacrifício.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Esse inquérito tramita onde hoje?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Lá em Teixeira de Freitas. Na verdade, o inquérito não está pronto. O promotor já emitiu vários ofícios.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O inquérito não foi ainda instaurado?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Não. Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Se o Boletim de Ocorrência ocorreu em junho,...

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - ...ele está de junho até hoje aguardando para instaurar o inquérito?



A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Sim. É o chamado engavetado.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Causa de menor importância, provavelmente avaliado pelo delegado da cidade?

A SRA. BRUNA HOLTZ CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Nós vamos requerer à Polícia Civil, para que a Secretaria de Segurança Pública nos remeta os autos do Boletim de Ocorrência e o porquê da não abertura de um inquérito policial no momento, se o que estamos assistindo aqui não é nem à tentativa, acho que é quase a um crime consumado praticamente, que levou à morte o animal e, mais do que isso, duplamente qualificado.

Eu acho que cabe aí, inclusive, uma ação civil de ressarcimento, cabe uma ação penal, e a CPI fará de tudo para que ele seja exonerado, a bem do serviço público, porque, como disse a Vereadora Ana Rita, ele não pode manchar uma corporação. Não é esse tipo de policial que o Brasil pretende ter. E, com certeza, não é ele o modelo de policial que o Brasil requer.

Isso me chama muito atenção, porque a Câmara Federal está para votar o Projeto do Desarmamento. E isso é um terror para nós aqui. Eu acho que a arma só traz exatamente esse tipo de coisas. Um sujeito que, em tese, deveria ser qualificado, preparado, comete um crime dessa barbaridade, dessa dimensão, imaginem um sujeito, então, que não tem qualificação, não teve curso de tiro, não teve estande para praticar, não teve aulas, como esse sujeito em tese deve ter tido, tendo uma arma liberada, podendo comprar, adquirir uma arma hoje no Brasil!

O delinquente não compra arma; ele rouba arma. É por isso que dizem que aquele de bem que tem uma arma em casa, o bandido, quando vai assaltá-lo, a primeira coisa que faz é levar a arma. Bandido não compra arma. Tanto é que ele raspa a numeração, para que não haja identificação.

Eu acho isso um contrassenso. Nós vamos cometer aqui uma barbárie se modificarmos essa lei. Nós temos é que restringir mais. Nós estamos vendo hoje o que está ocorrendo nas universidades dos Estados Unidos. As crianças lá adquirem armas em qualquer esquina, em qualquer boteco, como se diz no Brasil. E, com as armas, fazem aquilo: extermínio de 13, de 15, de 20.



Esse sujeito, na minha opinião, é um psicopata, um doente, um sujeito que não pode ter uma arma, não pode ter o cargo que tem. E me admira muito a maneira como a Polícia Militar manda para cá um documento, dizendo que ele não pode comparecer aqui. E o seu depoimento demonstra que ele já tem um passado que não o recomenda à Polícia Militar, o que, na verdade, o Presidente acaba de colocar. Nós faremos tudo para que haja a presença dele aqui coercitiva, para que diga o que o levou a cometer essa barbárie.

Foi um simples passeio de um animal. Imaginem o que ele não faria com um ser humano também, se o sujeito, alcoolizado, decidisse resolver seus problemas fisiológicos na frente da casa dele. Com certeza, ele teria uma atitude nada diferente da que teve com o seu animal. Eu não vou entrar em detalhes, porque é uma barbárie. E todos aqui que têm animais, que gostam de animais — hoje o Brasil inteiro clama por isso —, vamos atuar.

Quanto ao que disse o Deputado Carlos Gomes agora há pouco, nós já aprovamos uma lei de minha autoria, aqui na Câmara Federal, que aumenta a pena de crimes contra cães e gatos. A pena, que hoje é de 3 meses a 1 ano, passará a ser de 3 a 5 anos. Se tiver mais de um autor, a pena poderá ser ampliada, ou seja, poderá ser duplicada. Então, nós teremos a possibilidade de termos um sujeito desses cumprindo pena.

Quando nós apresentamos esse projeto, alguns Deputados se rebelaram, dizendo que nós estávamos criando uma legislação onde a questão do ser humano seria menor do que seria para com os animais. Como eles são desprotegidos, até acho importante que seja. Não vejo nenhum problema em que a pena seja mais dura, mais severa para essas figuras. Mas eu tenho certeza de que, quando da aprovação do projeto no Senado e da sanção transformando-o em lei, esse sujeito já esteja no fim desse inquérito policial, no sentido de poder contemplar essa nossa lei com uma pena mais severa. Ele deveria dar o exemplo e hoje dá um péssimo exemplo do que é.

Eu queria agradecer muito o seu testemunho. Eu sei da sua emoção, da sua preocupação. Todos nós sentimos isso, porque sabemos a dificuldade que a senhora passou, durante esse período, e vem passando, pelo fato de ter apreço pelos nossos animais. Quero agradecer mais uma vez aos Vereadores, à Vereadora



Ana Rita, que sempre colabora muito conosco aqui, no Parlamento brasileiro, e dizer que estaremos atentos.

Tudo que a senhora tiver em termos de documentos remeta aqui para a nossa CPI. Isso estará fazendo parte do nosso relatório, e as atitudes que deverão ser tomadas serão as mais duras possíveis no que diz respeito ao cumprimento da lei. Em sendo ele um policial militar, isso faz com que seja mais uma agravante na pena desse sujeito, desqualificado totalmente para exercer esse cargo.

Eu não vou tecer mais considerações, nem fazer perguntas, porque — volto a repetir — o filme fala por si só. Nós vamos estar à frente. Que esse seja um caso emblemático daqueles que por aqui já passaram — como o caso do Instituto Royal, como o caso dos rodeios, que nós ainda vamos debater —, para que nós demonstremos à sociedade que existem, sim, no Parlamento brasileiro, pessoas, Deputados, Parlamentares envolvidos com a causa da defesa dos nossos animais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu acho que também não preciso fazer pergunta nenhuma, o vídeo já mostrou tudo.

Então, eu queria agradecer a presença da Bruna, a presença da minha amiga Ana Rita Tavares e do Vereador Cirilo. Vamos pedir abertura da CI e me mande o nome, que vai dar resultado.

Eu queria também deixar um registro aqui. Ontem foi aniversário da Anna Karina Correia, da OAB do Ceará, e eu queria deixar os parabéns para ela. Ela deve estar nos assistindo pela Internet. Foi ela que organizou o último evento que houve da OAB para discutirmos o PL 6.799, que muda a natureza jurídica do animal.

Amanhã a CPI estará em Recife. O Presidente não estará, mas o Relator, sim. Nós vamos revezando aqui.

Portanto, eu queria agradecer a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 10 de novembro de 2015, terça-feira, às 14h30min, para esclarecer os recorrentes maus-tratos provenientes da criação, transporte e utilização de animais em espetáculos de rodeio, vaquejada e similares.

Está encerrada a reunião.